



DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v19.i1.8660781>

Relato de Experiência

Educação Física escolar: práticas docentes aprisionadas nas grades curriculares

School Physical education: teaching practices imprisoned in the curriculum

Educación Física escolar: prácticas docentes aprisionadas en el plan de estudios

Fabiana Leifeld¹ 

RESUMO

Objetivo: O presente ensaio reflexivo, pretende relatar uma experiência docente na Educação Física Escolar, diante das adversidades oriundas da obrigatoriedade em seguir referenciais curriculares oficiais. Deseja-se compartilhar as angústias e os desafios educacionais da atualidade contemporânea em que a autora atua como docente na cidade de Carambeí, Paraná, além de contribuir com as discussões que permitam transpor a visão neoliberal proposta dissimuladamente nas grades curriculares. **Método:** O estudo qualitativo utiliza-se procedimentos metodológicos da pesquisa-ação, com enfoque na observação participante, tem por objetivo propor ponderações acerca do propósito autêntico da educação, e da reflexão sobre as propostas curriculares oficiais que mais representam uma afronta à educação do que contribuem para o desenvolvimento humano. **Considerações finais:** O ano de 2020 ficará para a história mundial, marcado por amplas transformações, devido à Pandemia de um vírus letal e que submeteu mudanças comportamentais para toda a sociedade. Nessa perspectiva, a educação teve que ser flexibilizada, estratégias foram adotadas para seu respectivo prosseguimento. Dificuldades foram encontradas na concretização do ensino remoto, como a de seguir as propostas curriculares conteudistas, permeadas por um discurso de poder.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Prática pedagógica. Currículo.

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física Escolar e Formação de Professores (GEPEFE/UEPG/CNPq). Ponta Grossa, PR.

Correspondência:

Fabiana Leifeld. Rua Sílvia Machado de Souza, 141, Ap 403, Bl 04, Estrela, Ponta Grossa - PR, CEP 84050-130. Email: fabiana_leifeld@yahoo.com.br



ABSTRACT

Objective: This reflective essay, intends to report a teaching experience in Physical Education at School, in the face of adversities arising from the obligation to follow official curriculum references. It wants to share the anguish and the educational challenges in contemporary times in which the author acts as a teacher in the city of Carambeí, Paraná, in the addition to contributing to the discussions that allow to transpose the covertly neoliberal vision proposed in the curricular grades. **Method:** The qualitative study uses methodological procedures of action-research, with a focus on participant observation, it aims to propose consideration about the authentic purpose of education, and to reflect on the official curricular proposals that represent more an affront to education than contribute for human development. **Final considerations:** The year 2020 will go down in world history, marked by wide transformations, due to the Pandemic of a lethal virus that has undergone behavioral changes for the whole society. In the perspective, education had to be made more flexible, strategies were adopted for its respective continuation. Difficulties were encountered in implementing remote education, such as following the content curriculum proposals, permeated by a discourse of power.

Keywords: School Physical Education. Pedagogical practice. Curriculum.

RESUMEN

Objetivo: Este ensayo reflexivo, pretende informar una experiencia docente en la Educación Física Escolar, ante las adversidades derivadas de la obligación de seguir las referencias oficiales del plan de estudios. El deseo es compartir la angustia y los desafíos educacionales de la actualidad contemporánea en el que el autor actúa como profesor en la ciudad de Carambeí, Paraná, y además contribuir con discusiones que permitan transponer la visión neoliberal propuesta disimuladamente en el plan de estudios. **Método:** El estudio cualitativo utiliza procedimientos metodológicos de investigación-acción, con un enfoque en la observación participante, tiene por objetivo proponer consideraciones sobre el propósito auténtico de la educación y para reflexionar sobre las propuestas del plan de estudios que representan más una afrenta a la educación que contribuyen con el desarrollo humano. **Consideraciones finales:** El año 2020 pasará a la historia mundial, marcado por grandes transformaciones, debido a la Pandemia de un virus letal y que sometió cambios de comportamiento en toda la sociedad. En esta perspectiva, la educación debió ser flexibilizada, se adoptaron estrategias para su respectiva continuación. Se encontraron dificultades para la concretización de la educación remota, como seguir las propuestas del contenido del plan de estudios, impregnadas por un discurso de poder.

Palabras Clave: Educación Física Escolar. Práctica pedagógica. Curriculum.

INTRODUÇÃO

A escola, instituição aprovacionada por resoluções, decretos, leis, armazena em seu cabedal de saberes, conhecimentos valiosos para a formação de pessoas históricas, capazes de transformar realidades, porém existe uma força central, que controla a autonomia e as possibilidades dos docentes ampliarem a visibilidade de mundo de seus alunos, acorrentando as práticas pedagógicas em grades, as grades curriculares (ARROYO, 2013). Arroyo (2013), de maneira metafórica compara as grades curriculares com as grades de uma prisão, onde há tensões, vigilância e controle, haja vista que a educação apresenta um potencial colossal, detentor de poder, capaz de emancipar sujeitos e intimidar certos setores e classes da sociedade, ameaçando a supremacia de alguns privilegiados economicamente, culturalmente e socialmente.

Nesse sentido, o relato de experiência reflexivo que será apresentado, pretende propalar as dificuldades de se atuar na docência em Educação Física Escolar no atual contexto, expor o desafio docente em descortinar as artimanhas de políticas educacionais permeadas por interesses globalizados. Propostas curriculares são implementadas nas escolas, e com frequência são frutos de decisões desconectadas com muitas realidades educacionais, decisões e escolhas vindas de cima para baixo, fruto de uma gestão centralizada, e composta por intensões neoliberais e neoconservadores, com o propósito primordial de adequar as pessoas ao perfil de mão de obra passiva, para atuar no mercado de trabalho (BALL, 2014).

A elaboração de um currículo, principalmente para a Educação Básica, revela seus objetivos educacionais, no sentido de evidenciar a valorização de conhecimentos necessários para a vida em um determinado contexto social, referente ao protótipo de sujeito que se pretende formar. Ou seja, para cada nível e etapa escolar, existe um currículo repleto de intencionalidades, as quais estão relacionadas a atribuição de valores para a constituição de um sujeito para se adequar na sociedade, afirmando a ideia de que “o projeto cultural e de socialização que a escola tem para seus alunos não é neutro” (SACRISTÁN, 2000, p. 17).

No estado do Paraná está em vigor a matriz curricular pertencente ao Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), vigente desde 2020, que possui como fonte basilar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, para todos os componentes curriculares em todas as etapas de ensino. A presente proposta curricular restringe as práticas pedagógicas, e expressa a tendência de ensino por excelência, contradizendo os ideais educacionais manifestados em diversos estudos relacionados a abordagens pedagógicas em Educação Física Escolar ao longo dos tempos.

A proposta deste ensaio, intenta provocar reflexões sobre as incoerentes imposições das grades curriculares, enfatizando o agravante das exigências

curriculares, sobretudo no momento de Pandemia, por meio do relato de experiência da professora-pesquisadora de Educação Física em uma escola da cidade de Carambeí, no Paraná. A pesquisa-ação é de natureza, qualitativa, vinculada a abordagem participante, uma vez que a pesquisadora exerce a função de docente no campo estudado desde 2003.

Assim sendo, utiliza-se da pesquisa-ação do tipo relato de experiência, a qual opera-se com os dados colhidos da própria experiência e realidade da professora-pesquisadora, com enfoque na análise documental e na observação participante, pois apresenta reflexão sobre as imposições do currículo na prática docente da investigadora, definida por Marconi e Lakatos (2003, p. 194) como uma “observação natural”, pois o “observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga”.

A pesquisa aborda as dificuldades em seguir os currículos oficiais, no exercício docente em quatro escolas públicas do Paraná, sob o viés do fatídico ano de 2020, marcado por reformulações nas práticas docentes em diversas instituições, por conta da Pandemia de Covid-19², a qual restringe as atividades sociais para prevenção da saúde. Um dos obstáculos para concretizar o ensino não presencial, foi da exigência em seguir as grades curriculares no Paraná, o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio de ferramentas alternativas de ensino remoto, resultando numa maior evidência das desigualdades sociais e culturais. Portanto, o relato irá fornecer subsídios ao leitor para compreender a complexidade e disparidades em seguir uma matriz curricular, a qual não condiz com a realidade dos fatos, e representa um retrocesso para a educação, em razão da presença de um imperativo de ideias neoliberais as quais encontram-se ostensivamente no documento.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AS AMARRAS DO NEOLIBERALISMO

A década de 1980 e 1990 no Brasil, representou um período de consideráveis transformações para a educação, documentos relevantes contribuíram para novas perspectivas na educação brasileira, entre eles a Constituição de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O cenário educacional foi modificado, com a premissa de formar um novo tipo de sujeito para atuar nos moldes de sociedade capitalista.

² Covid-19: por meio dos dados da Organização Mundial da Saúde, a Covid-19 está relacionada a uma enfermidade que tem como causa o contágio pelo coronavírus, denominado SARS- Cov-2, os pacientes apresentam sintomas díspares que oscila de assintomático a grave, sendo letal de forma vertiginosamente. (BRASIL, 2020).

Assim, as políticas educacionais voltaram-se para regulamentações, que atendessem ao modelo da complexidade prevista na concepção do neoliberalismo, observa-se que a Constituição prevê uma base educacional comum curricular desde 1988; a LDB propôs a ampliação na oferta de educação na modalidade de Educação a Distância (EaD), principalmente na formação docente; os PCNs surgiram para presidir o desenvolvimento dos alunos propondo conteúdos, com o propósito de controlar e vigiar as práticas pedagógicas dos docentes.

Percebe-se nessas normatizações uma ideologia velada, que apresenta interesses dissimulados, frutos de uma visualização internacional na educação dos países que ainda estão em desenvolvimento, entre eles, o Brasil. Logo, avaliações foram determinadas para revelar os índices de conhecimentos dos alunos, promovendo “uma cultura do desempenho” (BALL *et al.*, 2016, p. 109). A expressão “cultura do desempenho”, de Stephen Ball *et al.*, aqui empregada, mesmo sendo um termo proveniente de uma pesquisa estrangeira, define muito bem as inúmeras avaliações oficiais que acontecem na educação básica no Brasil, com o intuito de diagnosticar o desempenho dos alunos, e a atuação dos professores (BALL *et al.*, 2016, p. 109).

Dessa forma, a intensão numa formação docente fragmentada, sobretudo na modalidade EaD de instituições privadas, sancionada pela LDB de 1996, representou uma forma para ampliar o acesso à formação superior, principalmente de professores em nível ensino médio, efetivos em escolas públicas no Brasil, formação composta por amplos conhecimentos técnicos e práticos, minimizando a ênfase nas bases teóricas, concepção acoplada a ideia de formar profissionais passivos, afim de aceitarem as grades curriculares sem maiores questionamentos, e consequentemente aumentar os índices nos resultados em avaliações oficiais. (EVANGELISTA, *et al.*, 2019). Aos professores, as avaliações geram pressões e tensões, pois os mesmos são rotulados e cobrados pelos resultados positivos, sendo necessária elaborar as suas práticas educacionais de forma que atendam aos conteúdos que são requeridos nas avaliações, intensificando a cultura de desempenho na conjuntura educacional, em razão principalmente de interesses vinculados aos investimentos oriundos de fontes internacionais e de empresas privadas. (BALL *et al.*, 2016).

A formação docente, a partir de 1990 foi tolhida arditosamente, “o preparo do professor sempre esteve na mira das políticas burguesas para a educação” (EVANGELISTA *et al.*, 2019, p. 153). Diante disso, a ausência de docentes críticos possibilita impor o currículo pretendido, e aprisionar o professor nas grades curriculares com o intuito de que o mesmo atenda a lógica do capital, com a finalidade de preparar um sujeito passivo e domesticado para atuar numa sociedade neoliberal.

O interesse em impor uma grade curricular padronizada, frequentemente esteve presente nas políticas educacionais, e em 2017 foi materializado por meio

da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim reforça a ideia de uma cultura do desempenho, pois o documento determina a padronização dos conteúdos, com objetivos óbvios de melhorar a performance dos educandos em avaliações oficiais. Logo, a autonomia docente ficou comprometida, o professor nessa perspectiva, passa a adotar uma postura consumidora de determinações impostas, as quais restringem o protagonismo pedagógico e investigativo.

A Educação Física Escolar para os anos iniciais do ensino fundamental, está integrada a proposta curricular da escola, balizada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96. Porém, em muitas escolas dos municípios brasileiros o componente curricular, por muitos anos foi ministrado por profissionais com qualificação em magistério nível médio, e ou ensino superior em Pedagogia, somente após regulamentações vinculadas aos Conselhos específicos da Educação Física, cada estado e município se responsabilizaram em elaborar suas leis, sendo estabelecido como exigência do exercício da docência para esse componente curricular por profissional devidamente habilitado na área, iniciando a efetivação dessa lei em meados do fim da década de 1990, dependendo dos órgãos responsáveis de cada estado e município brasileiro.

Em Carambeí, é o profissional habilitado em Educação Física o responsável pelo exercício docente em aulas do componente curricular, para as turmas de anos iniciais. A professora-pesquisadora atua nas escolas do município desde 2003, desde o momento de seu ingresso nas escolas, houve respeito a autonomia e a liberdade docente para o exercício no componente curricular Educação Física, inclusive na contribuição do aprimoramento teórico, e da definição de abordagens pedagógica coerentes com o contexto escolar, compostas no Projeto Político Pedagógico das escolas, assim como, na elaboração da própria proposta curricular para o município.

Porém, a partir do ano de 2019 as exigências aos docentes de seguir matrizes curriculares externas e oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular de 2017, e o Currículo da Rede Estadual Paranaense de 2020, têm-se tornado estabelecidas, as quais impedem a articulação e mobilidade para o professor estabelecer a seleção, organização e transmissão dos conhecimentos compostos pelo universo da Educação Física Escolar. Os documentos sugerem uma divisão nas unidades temáticas, que gera uma fragmentação nos conteúdos, desse modo, os alunos são privados de alguns conhecimentos em determinadas etapas de ensino.

Ao que tudo indica, a elaboração da BNCC e do CREP reforçam os ideais neoliberais da década de 1990, as quais são inconsistentes para a educação do século XXI. Os avanços educacionais na área da Educação Física Escolar, provenientes de pesquisas e estudos foram ignorados na elaboração dos referidos documentos, exteriorizando a sensação de retrocesso pedagógico. As práticas docentes, do componente curricular Educação Física ficaram restritas ao ensino mecanizado e descontextualizado, evocando o retorno do “tecnicismo educacional”

(NEIRA, 2018, p. 218). A BNCC e o CREP, propõem metas para a educação em que se destaca a exigência de competências e habilidades, as quais desconsideram a criatividade, a reflexão e a amplitude de possibilidades que a Educação Física Escolar poderia proporcionar, tornando os objetivos uniformizados nas propostas curriculares educacionais.

Para Sacristán (2000, p. 39) a escolha teórica do currículo sempre “esteve centrada nos conteúdos como resumo do saber culto e elaborado”. Saberes vinculados às necessidades de um determinado propósito, assim, o currículo segue intencionalidades obscuras. O currículo representado pela BNCC e o CREP, indicam o retorno do pensamento voltado aos valores de mercado, a imposição de uma educação linear que proporcione a formação de um indivíduo padronizado, para atuar num contexto neoliberal, desconsiderando as singularidades.

O conceito de currículo entendido por Foucault (1986), refere-se a soma de elementos que determinam as concepções de poder e controle, nos quais indicam qualidades e características de aluno e professor, entendendo que os atributos principalmente comportamentais, defendidos nos currículos oficiais serão solicitados a todos os sujeitos. Desse modo, o delineamento educacional por meio do currículo atual no Paraná, o CREP baseado na BNCC, determina as ações e práticas docentes, por meio do discurso de uma cultura ideologicamente pretendida, a qual escolhe saberes relevantes ao que se pretende formar, e desconsidera-se as características de ser humano diverso.

O poder exercido no discurso dos currículos oficiais, influencia os ditames do ensino, reforça as desigualdades sociais, culturais e econômicas, dificulta a emancipação humana, pois a cultura valorizada nos currículos, muitas vezes não representa a cultura das classes menos favorecidas da sociedade. Os currículos oficiais representam um amálgama de elementos, não se resumem apenas na lista de conteúdos e na divisão de unidades, são direcionamentos impostos à educação, e reproduz a imagem de bons alunos, bons professores, determina uma padronização nas estruturas escolares, no uso de material didático, na concepção de comportamento e no arquétipo de aprendizagem eficaz a uma determinada ideologia (FOUCAULT, 2010).

Os currículos educacionais carregam ideologias de poder, focadas na perpetuação da reprodução social e cultural predominante, revela a sutileza no monitoramento das ações docentes, os quais priorizam os saberes legitimados pela cultura dominante. Pois, as oportunidades na sociedade para uma pessoa analfabeta, não são as mesmas de uma pessoa que apresenta um capital cultural, que possui o domínio nos conhecimentos hegemônicos historicamente acumulados, conhecimentos que são valorizados de maneira escusa nos currículos pelas instituições escolares. Dessa forma, a escola tende a privilegiar inconscientemente, os alunos que possuem domínio nos conhecimentos escolares, os quais são

determinados pelo currículo, e que são incorporados mais facilmente, herdados pela família “de maneira osmótica [...]” (NOGUEIRA; CATANI, 1998, p. 46).

Os conhecimentos naturalmente obtidos por meio da família aos alunos das classes mais favorecidas, são incorporados na vida do sujeito, o que resulta em uma facilidade no manejo da língua formal, recebem um capital cultural, o que não acontece aos alunos das classes desfavorecidas, os quais não praticam no seu cotidiano o uso da linguagem gramaticalmente correta, e que é exigido na escola pelas grades curriculares. As pessoas pertencentes às camadas desfavorecidas da sociedade, detém regularmente de uma cultura menos escolar, mais popular da cultura local de uma região, a qual o currículo muitas vezes nem menciona, e está desarticulado às situações de realidades distintas. (NOGUEIRA; CATANI, 1998).

Por conseguinte, considera-se como currículo não apenas a forma escrita, a lista de conteúdos e unidades determinados no documento, mas também os dispositivos escolares, todo o ritual disciplinador que limita a espontaneidade e a diversidade cultural. O efeito disciplinador do currículo, dificulta o melhor aproveitamento do potencial dos alunos através das avaliações somativas e comparativas, do padrão comportamental estipulado como normal para as escolas, e da exclusão indireta de alunos que são negados a acompanharem seus pares pelos mecanismos da reprovação.

A proposta do Projeto Político Pedagógico de cada escola em Carambeí, foi modificada em 2019 para atender as exigências e ideais da BNCC, portanto até o documento específico do contexto escolar teve que se adequar a proposta curricular oficial. Exigência determinada pelo órgão maior, o Estado do Paraná, que controla e determina as regulamentações dos municípios, o qual instituiu como obrigatória a mudança das concepções do Projeto Político Pedagógico em cada escola para as novas determinações da BNCC.

No tocante dessa mudança, a autonomia e liberdade pedagógica antes possibilitada em Carambeí para os professores do componente curricular Educação Física, foi sufocada, acorrentada para atrás das grades das matrizes curriculares oficiais. Planejar aulas, elencar objetivos, se transformou em conduzir o ensino por meio de receitas padronizadas, sem a possibilidades de elaboração de aulas adaptadas às realidades, necessidades e diversidades presentes na realidade das instituições de ensino.

Na adaptação educacional resultante da Pandemia, em que as paredes físicas escolares foram derrubadas para materializar o ensino remoto, os discursos de poder foram destacados, as desigualdades sociais, econômicas e culturais foram salientadas, pois somente aqueles que possuem um aparato tecnológico, e acesso à *internet* puderam dar continuidade aos estudos. Infelizmente, as classes desfavorecidas devido suas enormes limitações, sentiram muito mais os obstáculos de manter os estudos das crianças.

No estágio caótico que a sociedade presenciou no ano de 2020, seguir o CREP nas aulas de Educação Física, representou um obstáculo considerável, dificultando a elaboração de estratégias para atender as expectativas de continuidade da educação, perante as incertezas e desafios que a Pandemia gerou. A humanidade passou e passará ainda por um período sensível, repleto de emoções, momentos em que se presencia a perplexidade com a quantidade de fatalidades, juntamente com a imprecisão nos meios de combate efetivo de uma doença relativamente desconhecida, soa um tanto quanto insensato seguir criteriosamente currículos oficiais.

Na urgente mudança comportamental e de relações, que o ano de 2020 trouxe para toda a humanidade, propor um ensino acorrentado a documentos oficiais, traduz a pouca preocupação que o Estado possui com as premissas educacionais. Assim, enquanto docente de Educação Física a professora-pesquisadora, teve a incumbência de elaborar novas práticas pedagógicas, com a orientação de seguir rigorosamente a matriz curricular composta pelo CREP, que foi elaborada para ser implementada em 2020 em todas as escolas do Paraná, para todos os componentes curriculares, para todas as etapas de escolarização.

A fase atípica na sociedade, exigiu atividades escolares flexibilizadas, simples e empáticas, por conseguinte, entende-se que o ofício docente apresenta um conjunto de responsabilidades, como o protagonismo educacional, que permite certas "transgressões", para enfrentar as imposições arbitrárias do "legalismo autoritário" (ARROYO, 2013, p. 139). Posto isso, consciente em exercer o compromisso ético docente, a professora-pesquisadora assume o enfrentamento das amarras que as grades curriculares engendram no processo educativo, de maneira transgressora, e se responsabilizou por propostas pedagógicas para auxiliar na superação da perspectiva neoliberal.

Para as turmas de anos iniciais do ensino fundamental, o coletivo de professores de Carambeí adotou como estratégia pedagógica remota, o uso de aplicativo de mensagem instantânea, formou-se grupos para divulgação das aulas, com descrição de atividades, tendo como suporte fotos e áudios para cada etapa do ensino. As atividades docentes para a Educação Física, tiveram que ser reformuladas, as intervenções pedagógicas foram direcionadas para atender aos alunos da melhor forma possível, caminhar pelas grades num momento tão crítico da humanidade, não configurou uma alternativa razoável.

O mundo todo foi atingido pela Pandemia, setores da economia, da política, da saúde e da educação foram afetadas, atitudes empáticas foram necessárias em todos os segmentos da sociedade, obedecer ao currículo com a rigorosidade da sistematização dos conteúdos, representaria uma violência à educação. Para a Educação Física, a insensatez de manter os conteúdos e Unidades Temáticas designadas para o trimestre no Currículo da Rede Paranaense, soa como um retrocesso no processo de ensino e aprendizagem, o documento limita as

possibilidades dos professores e as oportunidades aos alunos, retorna as antigas concepções tecnicistas, contrariedades as quais foram ampliadas em momentos de distanciamento e isolamento social.

POSSIBILIDADES DE TRANSGREDIR AS GRADES

Atuar na instituição escolar, representa adotar estratégias que estão presentes no conjunto de conhecimentos do professor, as quais possuem valores “éticos, difíceis de se praticar em tempos de centralismo e normatização autoritária” (ARROYO, 2013, p. 139). Portanto, a responsabilidade de proporcionar o melhor aos alunos, incita o docente a transgredir as regras, para planejar suas interferências educacionais e efetivar um ensino equitativo e significativo aos alunos, assim seguir irrestritamente o CREP e a BNCC, parece ser improvável.

A responsabilidade docente, que se constitui pela união de saberes e conhecimentos, agrupa um reservatório de saberes dos professores, impede que o docente aceite a exigência de seguir propostas curriculares fechadas e desconexas, imbuídas de ideias que divergem da realidade dos alunos. As práticas docentes indicam o posicionamento pedagógico, incide as determinações sociais, políticas e estruturais de um modelo social, e cabe ao professor determinar a abordagem pedagógica mais favorável.

Nessa continuidade, a transgressão ocorre como ato de responsabilidade, pensando nas reais condições dos alunos, e por meio de uma avaliação diagnóstica, proporcionar a melhoria nos aspectos ainda insatisfatórios na aprendizagem. Desse modo, ao elaborar o planejamento, a professora-pesquisadora considera a conjuntura que a escola está situada, concebendo os objetivos que serão propostos para a aula, de acordo com as necessidades das crianças, porém a BNCC e o CREP indicam textos prontos referentes aos objetivos, previamente definidos, no CREP intitulado de “Objetivos de Aprendizagem”, e na BNCC de “Habilidades”, estipulados para aplicação direta nos planejamentos de todos os docentes, juntamente a códigos alfanuméricos para todas as etapas, extirpando a autonomia docente.

Para exemplificar a incoerente divisão estabelecida pelo CREP, será analisado, o que o documento estabelece para as turmas de primeiro ano, dos anos iniciais do ensino fundamental. O documento não menciona a participação das crianças em brincadeiras que abordem a capoeira, por exemplo, pois o conteúdo está atribuído às Lutas, dentro do Objeto de Conhecimento Lutas de Matriz Africana, e que só estará presente nas aulas a partir do terceiro ano dos anos iniciais. Algo no mínimo incoerente, pois a capoeira pode proporcionar conhecimentos da cultura afro brasileira para todas as idades, por meio de brincadeiras, as quais poderiam ser abordadas no primeiro ano, e posteriormente ampliadas as complexidades das atividades.

Para melhor identificar as dificuldades em elaborar o planejamento pedagógico, tendo o CREP como documento norteador, será ilustrado no quadro abaixo os elementos de uma unidade temática, com seus respectivos objetivos e os conteúdos para as turmas de primeiro ano.

Quando 1 – Divisão curricular do CREP para o primeiro trimestre para as turmas de primeiro ano dos anos iniciais do ensino fundamental

Unidade Temática	Objetivos de conhecimento	Códigos	Objetivos de aprendizagem	Conteúdos
Esporte	Jogos esportivos de precisão	PR.EF12EF05.a.1.01	Experimentar e fruir prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de jogos esportivos de precisão, por meio de atividades e jogos diversificados, adequados à realidade escolar e que evidenciem a modalidade esportiva ensinada, identificando os elementos comuns a esses jogos esportivos e refletindo sobre os aspectos culturais e sociais que envolvem a prática das referidas modalidades, enfatizando a manifestação do lúdico.	Jogos que evidenciem conhecimentos e práticas ligadas aos esportes de precisão como: Bocha, Golfe, Golfe 7, Tiro com arco, Tiro esportivo, entre outros.

Fonte: CREP, 2020.

O CREP segue muitas das prescrições da BNCC, observa-se os mesmos ideais neoliberais, voltados à preparação escolar, com intuito de preparar os indivíduos para atuar no mercado competitivo da sociedade capitalista.

Outra ponderação relevante, refere-se ao tempo de avaliação para cada componente curricular, o sistema de ensino do Paraná determinou que o período seja trimestral, três trimestres ao ano, e determina para o primeiro trimestre nas turmas de primeiro ano, a unidade temática Esporte, e como objeto de conhecimento os Jogos de Precisão. A prescrição que o CREP propõe, representa um contrassenso, visto que os Esportes de Precisão se concernem em atividades de eficiência e eficácia motora, para aproximar um objeto ou atingir um alvo, apresentando grande complexidade, objetiva um movimento de precisão.

A idade dos alunos que estão em turmas de primeiro ano, corresponde a faixa etária de seis anos de idade, apresentam muitas características ligadas a heteronomia, corresponde numa fase de iniciação ao aprendizado social e da compreensão de regras. Inúmeros alunos pertencentes ao primeiro ano, estão

frequentando a escola pela primeira vez, são inseguros, tudo é muito novo e díspar do universo das crianças, e mesmo para as crianças que frequentaram uma instituição de educação infantil, a escola exterioriza características específicas, compondo uma rotina de atividades mais sistemáticas.

Nesse sentido, emergem diversos questionamentos sobre a orientação da Secretaria de Educação de Carambeí em seguir o CREP, as atividades de golfe, boliche, tiro com arco, tiro esportivo, irão contribuir para o acolhimento das crianças nos primeiros dias de aula? De que forma proporcionar aos educandos a descoberta do seu próprio corpo, em atividades que requerem movimentos tão restritos e específicos? A criatividade dos alunos será despertada e aprimorada por meio de conteúdos regulamentados, como o Esporte nos Jogos de Precisão?

Não precisa ser especialista para entender que uma criança de seis anos de idade, ao entrar na escola pela primeira vez, apresenta muitas inseguranças, sentimentos múltiplos, momento que representa a primeira ruptura do convívio familiar da criança, visto que a ida à escola consiste no início das atividades sociais. Portanto, o papel da Educação Física Escolar para as turmas dos primeiros anos, tende a auxiliar nessa transição entre a família e a escola, oferecendo aos alunos atividades de socialização e interação, a oportunidade de adaptação ambiental escolar por meio de brincadeiras cantadas, brincadeiras de roda, atividades rítmicas, atividades permeadas de ludicidade, o ensino de golfe, boliche, tiro ao alvo, tiro esportivo, como sugere a matriz curricular paranaense, não apresenta viabilidade educacional satisfatória.

O quadro 1, exposto acima, nos mostra que nas primeiras aulas os alunos de primeiro ano, de todas as escolas paranaenses, deverão experienciar e fruir jogos esportivos de precisão por meio de atividades boliche, bocha, golfe, desconsiderando as características das crianças que possuem a faixa etária de seis anos. Por mais que o professor conduza essas atividades de maneira lúdica, como sugere o documento, pouco contribuirá para a formação dos alunos. Tendo grandes chances de incitar conflitos, discussões, e frustrações, em razão das crianças ainda não estarem preparadas para enfrentar competições, e entender regras complexas e pré-estabelecidas.

Segundo Piaget, a criança que possui seis anos de idade, ainda está no estágio pré-operatório, o que configura um sujeito egocêntrico, sendo inviável a utilização de atividades competitivas, as quais dificultam a participação das crianças em jogos esportivos. A criança dessa faixa etária está no mundo da imaginação, atividades que proporcionem às crianças momentos de faz-de-conta são muito mais efetivas, como as brincadeiras que envolvem a imitação, em que propiciem atuar em diferentes papéis, como em atividade que envolvam as brincadeiras e os jogos (PIAGET, 2003).

O fato de o documento trazer aos professores todas as informações prontas, sem a alternativa de modificar, em razão dos registros de classe serem realizados via RCO³, o qual apresenta opções predefinidas de preenchimento baseadas no CREP, impede que o mesmo possa elaborar uma aula segundo suas próprias concepções pedagógicas, principalmente referente a formação e desenvolvimento da criança. Por conseguinte, a autonomia docente nota-se inexistente, o professor tem a incumbência de encaminhar seu planejamento, o dever em seguir as orientações das matrizes curriculares, cobradas via equipe pedagógica sem possibilidade argumentativa, pois a Secretaria Municipal é subordinada à Secretaria de Estado, os coordenadores pedagógicos desconsideram as especificidades do componente curricular Educação Física, situação que amarra os docentes as grades, impedindo o docente de conduzir a aprendizagem para a viagem dos alunos ao mundo da cultura, do movimento, do saber e das infinitas possibilidades educacionais (ARROYO, 2013).

Nesse sentido, a transgressão se faz necessária, pois como proporcionar aos alunos a liberdade, a reflexão sobre as manifestações corporais e culturais da Educação Física, se o professor está acorrentado em grades? Como docente transgressora das grades, a professora-pesquisadora permite aos alunos do primeiro ano no primeiro trimestre, vivências em brincadeiras das mais variadas, as quais oportunizam maior eficiência no aprendizado motor, cognitivo e despertam o prazer na realização das atividades, proporciona momentos agradáveis e auxilia no processo de adaptação ao ambiente escolar.

No quadro educacional que a professora-pesquisadora atua como docente, muitas crianças são provenientes de espaços residenciais reduzidos, assim as aulas são voltadas para experiências em brincadeiras que exijam a coordenação motora ampla. Incoerente seria que, dentro da realidade que a professora-pesquisadora atua, seguir por três meses os Esportes de Precisão para crianças com seis anos de idade, assim sendo a responsabilidade docente, impele as transgressões necessárias e responsáveis, as quais estão associadas ao repertório de conhecimentos e saberes incorporados no "ofício de mestre" (ARROYO, 2013, p. 18).

A mudança de paradigma social que a COVID-19 ocasionou, transgredir não foi uma opção e sim uma necessidade, visto os imensuráveis entraves, os quais dificultam o acesso aos artifícios pedagógicos alternativos utilizados nesse momento pelos familiares devido a realidade em que vivem. Destarte, as atividades oferecidas nesse momento, estiveram relacionadas basicamente às brincadeiras, ao resgate de brincadeiras tradicionais, populares e criativas, e em

³ RCO: Registro de Classe Online, um software utilizado pela Secretaria Estadual do Paraná, para substituir os antigos Livros de Chamada em que os registros eram efetuados a caneta. O RCO possibilita ao professor registrar as frequências e os conteúdos ministrados nas aulas para cada componente curricular de maneira *online* utilizando *internet*, instituído nas escolas de anos iniciais do ensino fundamental na cidade de Carambeí em 2020.

atividades relacionadas ao controle e equilíbrio das emoções, como yoga para crianças, ginástica historiada, atividades voltadas às concepções da ludicidade e ao mundo da fantasia em que as crianças dessa etapa se identificam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a escola como local de aprimoramento onde as relações se estabelecem, onde há o compartilhamento de conhecimentos e saberes tanto entre os alunos como também entre os professores, as práticas e ações devem acontecer de maneira democrática. As decisões e orientações que envolvem a escola, não podem ser provenientes de lugares externos, as quais desconhecem a realidade em que as escolas estão inseridas, os professores da educação básica têm o direito de participar das decisões curriculares, das políticas educacionais, e deter autonomia na prática docente.

Reconhece-se a responsabilidade docente nas transgressões necessárias, as práticas docentes devem possuir a liberdade de inovar, de proporcionar o “direito à educação, ao conhecimento, à cultura, ao desenvolvimento pleno dos educandos e educadores” (ARROYO, 2013, p. 140). Os ditames do mercado devem ser confrontados, a educação não deve aceitar matrizes curriculares que incentivam o preparo de capital humano, impedir a instauração da cultura tecnicista, da ideologia mercantilista e da privatização do ensino.

No cotidiano escolar pulsam sentimentos, existem relações de diferentes seres humanos multiculturais frequentando o mesmo espaço. Os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental são as crianças, cheias de vida, de alegria, de energia, de que forma proporcionar um ensino significativo e motivador para as crianças, num sistema acorrentado por regras, horários, onde as mesmas são controladas e punidas de acordo com o poder disciplinar dos regimentos e regulamentos? (FOUCAULT, 1986).

A educação inicia-se nas ações humanas, na “inconclusão do ser humano” (FREIRE, 1996, p. 14). O ambiente escolar tão favorável ao crescimento intelectual e à formação humana, a partilha de saberes, tem a obrigação de promover o aprimoramento de seus alunos por meio da liberdade de expressão, do discernimento e reflexão, do estímulo a curiosidade, e impedir o aprisionamento do conhecimentos em regras fechadas, conteúdos fechados, os quais impedem a participação dos alunos em saberes abertos, amplos, oriundos da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, a possibilidade de transpor barreiras entre os diversos componentes curriculares e contribuir para a formação do sujeito histórico.

Mediante ao que foi exposto no breve relato reflexivo, despontam embates conhecidos no âmbito educacional, os poderes representados em forma de

currículo, normas, regulamentos, leis, determinações arquitetadas por interesses promíscuos na padronização de comportamentos e conhecimentos, com o objetivo de que ideias neoliberais reinem em benefício dos grandes empresários, e da submissão da população aos seus desígnios. Espera-se que as angústias aqui traduzidas em palavras, tenham sensibilizado as questões das amarras das grades curriculares, as quais acorrentam os componentes curriculares em áreas de atuação definidas, desprovidas de mobilidade, as quais descaracterizam as práticas docentes do real “ofício de mestre” (ARROYO, 2013, p. 251).

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

A autora não tem conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA E COAUTORIA

A autoria é responsável pelos conteúdos do texto.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BALL, Stephen John. *Educação global S. A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário da União, Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. (Versão Oficial). Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. [Coronavírus] *Sobre a doença*. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Primeiros e Segundos ciclos do Ensino Fundamental – Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

EVANGELISTA, Olinda *et al.* *Desventuras dos professores na formação para o capital*. São Paulo: Mercado de Letras, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento de uma prisão*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC na educação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 40, n. 3, p. 215-223, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328918300374>. Acesso em: 01 jul. 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afranio (Orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARANÁ. *Currículo da Rede Paranaense*. Secretaria de Educação e Esporte. 2020.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Recebido em: 04 ago. 2020
Aprovado em: 20 mar. 2021

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

